



**ACÓRDÃO Nº879/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº11306/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Anamã.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Juscelino Nunes Bastos (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1693/2023-DIMP, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Anamã. Exercício de 2020.

*Regularidade com ressalvas. Multa. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "A", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual do **Sr. Juscelino Nunes Bastos**, gestor e ordenador de despesas da Câmara Municipal de Anamã, exercício 2020, nos termos do art. 22, inciso II, da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM, em razão da inobservância, no que diz respeito ao pagamento das obrigações assumidas, à estrita ordem cronológica das datas de exigibilidades, em violação ao art. 5º, *caput*, da Lei nº 8.666/93, bem como por ter contraído obrigação de despesa com parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem a suficiente disponibilidade de caixa para este efeito, em descumprimento ao art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000);
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Juscelino Nunes Bastos**, gestor e ordenador de despesas da Câmara Municipal de Anamã, exercício 2020, no valor de **R\$ 1.706,79** (um mil, setecentos e seis reais e setenta e nove centavos), nos termos do art. 54, inciso VII, da LO-TCE/AM, em razão da inobservância, no que diz respeito ao pagamento das obrigações assumidas, à estrita ordem cronológica das datas de exigibilidades, em violação ao art. 5º, *caput*, da Lei nº 8.666/93, bem como por ter contraído obrigação de despesa com parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem a suficiente disponibilidade de caixa para este efeito, em descumprimento ao art. 42 da Lei de Responsabilidade



**ACÓRDÃO Nº879/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000); e fixar prazo de **30 (trinta) dias**, para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "A", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.3. Dar ciência da decisão ao Sr. Juscelino Nunes Bastos.**

**11- Ata:** 15ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 9 de Maio de 2023.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**13.1. Auditor presente e Relator:** Luiz Henrique Pereira Mendes.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES**  
Auditor-Relator

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral